

**DOS DEPUTADOS**

Secretaria-Geral da Mesa

Of. n. 274/2025/SGM/P

Brasília, 29 de outubro de 2025.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal

Assunto: **indicação para o Conselho Nacional de Justiça - CNJ.**

Senhor Presidente,

Considerando o disposto no inciso XIII do art. 103-B, da Constituição Federal, comunico a Vossa Excelência que, em sessão realizada no dia 29 de outubro de 2025, o Plenário desta Casa elegeu a Senhora Daiane Nogueira de Lira para compor o Conselho Nacional de Justiça.

2. As indicações e o currículo da candidata encontram-se publicados no Diário da Câmara dos Deputados n. 207-A, de 27 de outubro de 2025, edição extra.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente da Câmara dos Deputados



Assinado por chancela eletrônica do(a) Dep. Hugo Motta.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/?codNuxeo=0cfb53fa-571a-4fb8-9fde-f5f1e3c91adb>

0cfb53fa-571a-4fb8-9fde-f5f1e3c91adb

Exmo.(a) Senhor(a) Senador(a) da República

Eu, **Daiane Nogueira de Lira**, Advogada da União e, atualmente, Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, indicada pela Câmara dos Deputados para o biênio fev/2024-2026, apresento breve histórico profissional e acadêmico, a fim de demonstrar experiência jurisdicional, formação técnica adequada e afinidade intelectual e moral para a **recondução ao cargo de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça**.

Logrei o bacharelado em Direito pela Faculdade de Fortaleza em 2004, tornando-me mestre em Direito e Políticas Públicas, pelo Centro Universitário de Brasília, em 2010. Atualmente, curso Doutorado em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo.

Fui aprovada e nomeada para o cargo de Advogada da União no concurso da Advocacia-Geral da União em 2006. Na AGU, inicialmente assumi funções na Coordenação de Assuntos Judiciais da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde, no período de outubro de 2006 a julho de 2007. Atuei, ainda, no Departamento de Controle Concentrado da Secretaria Geral de Contencioso do Gabinete do Advogado-Geral da União, no período de agosto de 2007 a dezembro de 2009.

Requisitada para o Supremo Tribunal Federal, atuei como assessora de Ministro no Gabinete do Ministro Dias Toffoli, de 2009 a janeiro de 2013, e como Chefe de Gabinete, no período de fevereiro de 2013 a setembro de 2018. Na sequência, exerci, por dois anos (setembro de 2018 a setembro de 2020), o cargo de Secretária-Geral da Presidência. Voltei a exercer o cargo de Chefe de Gabinete do Ministro Dias Toffoli no período de setembro de 2020 a janeiro de 2024.

Desde fevereiro de 2024, exerço a função de Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, na vaga de indicação da Câmara dos Deputados. No Conselho Nacional de Justiça, elaborei e realizei projetos, entre eles: lançamento do Programa Fonajus Itinerante (2024 e 2025); Prêmio Justiça & Saúde (2024 e 2025); III e IV Congresso Nacional do Fonajus (2024 e 2025); Acordo de Cooperação Técnica com Agência Nacional de Saúde Suplementar (2024); Conclusão do projeto de elaboração de 150 Notas Técnicas em Saúde (2024); Lançamento do Painel e-NatJus (2024) e do Projeto e-NatJus 4.0 (2024); criação do Comitê Gestor Nacional do e-NatJus (2024); I Semana Nacional da Saúde (2025); Ação Nacional Saúde da Mulher Indígena na Ilha do Bananal/TO (2025); VII Jornada da Saúde (2025); Solenidade Comemorativa dos 15 Anos do FONAJUS (2025); Inclusão do Eixo Saúde no Programa Justiça Itinerante

Amazônia Legal (2025); Seminário Judicialização da Saúde: Desafios e Perspectivas (2025); Desenvolvimento de Inteligência Artificial Generativa no e-NatJus 4.0 (2025); Criação do Selo Linguagem Simples (2024); 4º Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário (2025); Aprovação da Política de Comunicação do Poder Judiciário (2025); e Seminário Liberdade de Imprensa e o Poder Judiciário (2025).

No Conselho Nacional de Justiça, atuo nas seguintes Comissões e Fóruns que tiveram início no ano de 2024: Supervisora do Comitê Executivo Nacional do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS), CNJ; Coordenadora do Comitê Gestor Nacional do E-NatJus, CNJ; Membro da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec), Ministério da Saúde; Presidente da Comissão Permanente de Comunicação do Poder Judiciário, CNJ; Coordenadora do Comitê Nacional de Comunicação Social do Poder Judiciário, CNJ; Coordenadora do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa (FOLINJ), CNJ; Subcoordenadora do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário, CNJ; Subcoordenadora do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Fonavim), CNJ; Integrante do Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, CNJ; Integrante da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis, CNJ; Integrante do Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário, CNJ; Integrante da Comissão Permanente de Políticas Sociais e de Desenvolvimento do Cidadão, CNJ; Integrante da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, CNJ; Integrante do Comitê Gestor do Banco Nacional de Precedentes (BNP), CNJ; Membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Membro da Comissão Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos (CNECDH), Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania; Membro do Comitê Intersetorial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Feminicídio, Ministério das Mulheres; e Membro da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

Tenho, ainda, ampla atuação em grupos de trabalho e comissões no âmbito do Sistema de Justiça. Atualmente, integro o Grupo de Trabalho Desastres Ambientais e Mudanças Climáticas do Conselho Nacional de Ministério Público (desde março de 2023). Ao longo dos últimos anos, atuei nos seguintes grupos de trabalho e comissões: Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias do CNJ (2018-2020); Comissão de Revisão das sugestões compiladas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ n. 139 de 10 de outubro de 2016, para análise, compilação e reelaboração das Resoluções do CNJ (2017-2018); Comissão Interinstitucional para elaboração de

propostas e execução de atividades da Campanha Sinal Vermelho da Associação dos Magistrados Brasileiros da AMB (2022); Grupo de Trabalho para atualizar normativos concernentes ao serviço de plantão judicial do Supremo Tribunal Federal (2022); Comitê de Gestão Estratégica do Supremo Tribunal Federal (2020); Grupo de Trabalho para auxiliar os Ministros membros da Comissão de Regimento desta Suprema Corte na análise das propostas de atualização do Regimento Interno do STF (2019); Comitê de Responsabilidade Socioambiental no Supremo Tribunal Federal (2019); Comitê de Uniformização de Dados e Procedimentos Judiciais no STF (2019); e Comissão temporária destinada ao recebimento e consolidação das sugestões de alteração do Regimento Interno do STF (2019).

No período de atuação como Secretária-Geral da Presidência do Supremo Tribunal Federal desenvolvi e implementei relevantes projetos, tais como: ampliação do Plenário Virtual do STF; Projeto de Construção do Novo Museu do STF; visitas Institucionais do STF aos Tribunais nos Estados; Projeto Juízo de Admissibilidade (#100% ARE); Projeto Painel de Ações Covid-19 do STF; Editoração do Catálogo Presidência do Supremo Tribunal Federal: Eficiência, Transparência e Responsabilidade (2018-2020). Editoração do Relatório de Gestão 2018-2020 do Supremo Tribunal Federal; e Editoração da edição comemorativa de 30 anos da Constituição Federal e do catálogo comemorativo e organização da Sessão solene em comemoração aos 30 anos da Constituição Federal.

Possuo atuação na área acadêmica. De 2011 a 2016, fui professora do Centro de Ensino Unificado de Brasília na disciplina Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos na graduação da Faculdade de Direito. Desde 2021, atuo como professora da Curso de Pós-Graduação da Escola da Advocacia Geral da União, além da atuação como palestrante em seminários e congressos na área jurídica, participação em bancas, orientações de trabalho de conclusão de curso de graduação e publicação de artigos científicos.

Brasília, outubro de 2025.

Daiane Nogueira de Lira

Advogada da União e Conselheira do Conselho Nacional de Justiça

MINI CURRÍCULO

DAIANE NOGUEIRA DE LIRA

Informações Pessoais



FORMAÇÃO ACADÊMICA:

- **Doutoranda em Direito do Estado** pela Universidade de São Paulo -USP (início em agosto de 2023)
- **Mestre em Direito e Políticas Públicas** pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB (2008-2010)
- **Bacharel em Direito** pela Faculdade de Direito de Fortaleza -UNIFOR (2000-2004)

ATIVIDADES EXERCIDAS ATUALMENTE:

- **Advogada da União** (outubro/2009 até a presente data)
- **Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, indicada pela Câmara dos Deputados** (fevereiro/2024 até a presente data)
- **Professora do Curso de Pós-Graduação da Escola da Advocacia Geral da União** (2021 até a presente data).

EXPERIÊNCIAS ANTERIORES:

- **Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal.** Gabinete do Ministro Dias Toffoli (setembro/2020 até janeiro/2024 e de fevereiro/2013 a setembro/2018)
- **Secretária-Geral da Presidência do Supremo Tribunal** (setembro/2018 a setembro/2020)
- **Assessora de Ministro no Gabinete do Ministro Dias Toffoli** (novembro/2009 a fevereiro/2013)
- **Professora da disciplina Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos do Curso de Graduação em Direito do Centro Universitário de Brasília - UniCEUB** (2011 a 2016)
- **Advogada da União atuando na Coordenação de Assuntos Judiciais da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde.** (outubro/2006 a julho/2007)
- **Advogada da União atuando no Departamento de Controle Concentrado da Secretaria Geral de Contencioso do Gabinete do Advogado-Geral da União** (agosto/2007 a dezembro/2009)

COMISSÕES E FÓRUNS:

- **Supervisora do Comitê Executivo Nacional do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS).** CNJ, de 2024 até a presente data.
- **Coordenadora do Comitê Gestor Nacional do E-NatJus.** CNJ, de 2024 até a presente data.
- **Membro da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec).** Ministério da Saúde, de 2024 até a presente data.
- **Presidente da Comissão Permanente de Comunicação do Poder Judiciário.** CNJ, de 2024 até a presente data.
- **Coordenadora do Comitê Nacional de Comunicação Social do Poder Judiciário.** CNJ, de 2024 até a presente data.
- **Coordenadora do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa (FOLINJ).** CNJ, de 2024 até a presente data.
- **Subcoordenadora do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário.** CNJ, 2024 até a presente data.
- **Subcoordenadora do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Fonavim).** CNJ, 2024 até a presente data.
- **Integrante do Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.** CNJ, 2024 até a presente data.
- **Integrante da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis.** CNJ, 2024 até a presente data.
- **Integrante do Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário.** CNJ, 2024 até a presente data.
- **Integrante da Comissão Permanente de Políticas Sociais e de Desenvolvimento do Cidadão.** CNJ, 2024 até a presente data.
- **Integrante da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento.** CNJ, 2024 até a presente data.
- **Integrante do Comitê Gestor do Banco Nacional de Precedentes (BNP).** CNJ, 2024 até a presente data.
- **Membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH).** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, de 2024 até a presente data.
- **Membro da Comissão Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos (CNECDH).** Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, de 2024 até a presente data.
- **Membro da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.** MDHC, 2025, até a presente data.
- **Membro do Comitê Intersetorial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio.** Ministério das Mulheres, 2024 até a presente data.

DAIANE NOGUEIRA DE LIRA

Dados Pessoais

Informações Pessoais

Formação Acadêmica

Doutoranda em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo – USP.
Início em ago/2023.

Mestre em Direito e Políticas Públicas pelo Centro Universitário de Brasília
– UniCEUB. 2008-2010.

Bacharel em Direito pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. 2000-2004.

Atividades atualmente exercidas

Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, indicada pela Câmara dos Deputados
(fev/2024-jan/2026)

Advogada da União. Advocacia-Geral da União.
(9 de outubro de 2006 até a presente data)

Atividade Docente

Professora do Curso de Pós-Graduação da Escola da Advocacia Geral da União. Desde 2021 até a presente data.

Professora da disciplina: Tutela dos Direitos Difusos e Coletivos da Faculdade de Direito do Centro de Ensino Unificado de Brasília – UNICEUB. Brasília/DF. 2011 a 2016.

Comissões e Fóruns no Conselho Nacional de Justiça

Supervisora do Comitê Executivo Nacional do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS). CNJ, de 2024 até a presente data.

Coordenadora do Comitê Gestor Nacional do E-NatJus. CNJ, de 2024 até a presente data.

Membro da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde (Conitec). Ministério da Saúde, de 2024 até a presente data.

Presidente da Comissão Permanente de Comunicação do Poder Judiciário. CNJ, de 2024 até a presente data.

Coordenadora do Comitê Nacional de Comunicação Social do Poder Judiciário. CNJ, de 2024 até a presente data.

Coordenadora do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa (FOLINJ). CNJ, de 2024 até a presente data.

Subcoordenadora do Comitê de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no Poder Judiciário. CNJ, 2024 até a presente data.

Subcoordenadora do Fórum Nacional de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher (Fonavim). CNJ, 2024 até a presente data.

Integrante do Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. CNJ, 2024 até a presente data.

Integrante da Comissão Permanente de Políticas de Prevenção às Vítimas de Violências, Testemunhas e de Vulneráveis. CNJ, 2024 até a presente data.

Integrante do Comitê de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Poder Judiciário. CNJ, 2024 até a presente data.

Integrante da Comissão Permanente de Políticas Sociais e de Desenvolvimento do Cidadão. CNJ, 2024 até a presente data.

Integrante da Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento. CNJ, 2024 até a presente data.

Integrante do Comitê Gestor do Banco Nacional de Precedentes (BNP). CNJ, 2024 até a presente data.

Membro do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH). Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, de 2024 até a presente data.

Membro da Comissão Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos (CNECDH). Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, de 2024 até a presente data.

Membro da Comissão Intersetorial de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes – Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. MDHC, 2025, até a presente data.

Membro do Comitê Intersetorial do Plano Nacional de Enfrentamento ao Femicídio. Ministério das Mulheres, 2024 até a presente data.

Atividades anteriormente exercidas

Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Gabinete do Ministro Dias Toffoli. (setembro de 2020 até janeiro de 2024)

Secretária-Geral da Presidência do Supremo Tribunal Federal. Presidência do Ministro Dias Toffoli. (setembro de 2018 até setembro de 2020)

Chefe de Gabinete de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Gabinete do Ministro Dias Toffoli. (fevereiro de 2013 a setembro de 2018)

Assessora de Ministro do Supremo Tribunal Federal. Gabinete do Ministro Dias Toffoli. (2009 a fevereiro de 2013)

Advogada da União atuando no Departamento de Controle Concentrado da Secretaria Geral de Contencioso do Gabinete do Advogado-Geral da União. (agosto de 2007 a dezembro de 2009)

Advogada da União atuando na Coordenação de Assuntos Judiciais da Consultoria Jurídica do Ministério da Saúde. (outubro de 2006 até julho de 2007)

Estagiária na área de Petição Inicial (6 meses) e, posteriormente, nas 13ª e 14ª Varas Cíveis da Comarca de Fortaleza/CE da Defensoria Pública do Estado Ceará (DPC/CE). Fortaleza/CE. 2002 a 2004

Estagiária na área Judicial da Procuradoria Geral do Estado do Ceará (PGE/CE). Fortaleza/CE. 2003 a 2004

Estagiária na Procuradoria Regional de Defesa do Cidadão (6 meses) e, posteriormente, no Núcleo Criminal (6 meses) do Ministério Público Federal- CE (MPF/CE). Fortaleza/CE. 2003 a 2004

Estagiária da Fundação da Criança e da Família Cidadã (FUNCI) realizando funções de assistência judiciária junto à periferia do Município de Fortaleza. Fortaleza/CE. 2001 a 2003

Projetos e Ações desenvolvidos no Conselho Nacional de Justiça

Programa Fonajus Itinerante (2024 e 2025) – Lançado em junho de 2024, o projeto é uma iniciativa do CNJ que percorre os estados do Brasil para promover diálogos, cooperação institucional e capacitação. O objetivo principal é implementar a Política Judiciária de Resolução Adequada das Demandas de Assistência à Saúde, em conjunto com os Comitês Estaduais de Saúde. Entre agosto de 2024 a setembro de 2025, o Fonajus Itinerante esteve em 12 (doze) estados: São Paulo, Pernambuco, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro, Bahia, Santa Catarina, Amapá, Rio Grande do Sul, Minas Gerais, Paraná, Roraima e Pará.

Prêmio Justiça & Saúde (2024 e 2025) – Criado em 2023, a iniciativa tem como objeto selecionar, premiar e disseminar ações, projetos ou programas voltados a orientar as políticas judiciárias para o aprimoramento das formas adequadas de soluções de conflitos envolvendo as saúdes pública, privada e

suplementar. As edições de 2024 e 2025, foram divididas em dois eixos temáticos, reconheceram ações e programas que buscam a diminuição de casos judiciais da área de saúde pública e suplementar pela composição pré-processual dos conflitos (Eixo I) e a promoção da segurança jurídica, processual e institucional da sociedade nas demandas de saúde no Brasil (Eixo II).

III Congresso Nacional do Fonajus (2024) – Realizado nos dias 21 e 22 de novembro de 2024, na Fundação do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, o evento contou com mais de 850 inscritos e reuniu integrantes do sistema de justiça dos mais diversos órgãos e representantes dos setores de saúde pública e suplementar. O objetivo foi aprimorar o conhecimento técnico sobre a saúde pública e suplementar, discutir os desafios da judicialização e analisar as decisões do STF sobre judicialização da saúde (Temas n. 6 e 1234 da Repercussão Geral).

Acordo de Cooperação Técnica com Agência Nacional de Saúde Suplementar (2024) – O CNJ e ANS assinaram acordo para redução da judicialização da saúde suplementar, garantir a celeridade no julgamento de processos e oferecer subsídios técnico-científicos para a tomada de decisões de magistrados.

Conclusão do projeto de elaboração de 150 Notas Técnicas em Saúde (2024) - Em parceria com o Ministério da Saúde, o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP), com apoio da Organização Pan-americana de Saúde (Opas), o projeto, iniciado em 2022, concluiu com a entrega de 150 notas técnicas de avaliação de tecnologias em saúde (ATS) rápidas para subsidiar a resposta a itens judicializados no sistema único de saúde (SUS), visando auxiliar os magistrados brasileiros dos Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais (TRFs) na tomada de decisões em processos judiciais.

Lançamento do Painel e-NatJus (2024) – O painel permite uma análise estatística e gerencial de notas técnicas e pareceres referentes à saúde pública e suplementar da população brasileira e foi desenvolvida com o apoio do programa Justiça 4.0, mantido pelo CNJ com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). A ferramenta traz um panorama atualizado das notas técnicas emitidas via sistema e-NatJus, fornecendo dados do total de processos analisados, do tempo médio para emissão de pareceres, da porcentagem de pareceres favoráveis emitidos, da quantidade de notas técnicas emitidas por segmento de justiça e tribunal de origem, dos tratamentos utilizados, dentre diversas outras funcionalidades.

Lançamento do Projeto e-NatJus 4.0 (2024) – Em parceria com Hospital Albert Einstein e o Tribunal de Justiça da Bahia será implementada a versão 4.0 do Sistema Nacional de Pareceres e Notas Técnicas (e-NatJus). A ferramenta contemplará novas realidades e demandas que surgiram ao longo do tempo, devido à alteração do perfil da judicialização da saúde. O projeto do novo sistema encontra-se em fase de construção.

Criação do Comitê Gestor Nacional do e-NatJus (2024) – Com a aprovação da Resolução n. 589, de 15 de outubro de 2024, o CNJ instituiu um órgão de governança para o sistema de apoio técnico ao Judiciário em matéria de saúde.

I Semana Nacional da Saúde (2025) – Realizada de 7 a 11 de abril de 2025, a iniciativa, coordenada pelo CNJ, chegou a todos os estados do país com a proposta de fortalecer a integração entre o Poder Judiciário, o Executivo e o Legislativo, e com o apoio de instituições públicas e privadas, em ações voltadas à promoção do direito à saúde. A iniciativa envolveu ações em todo o Brasil, com atuação do CNJ, no âmbito nacional, e dos Comitês Estaduais de Saúde, no âmbito local. Entre as ações dos tribunais realizadas nos estados, estão a realização de seminários, jornadas e oficinas, a organização de mutirões de audiência de conciliação ou julgamento que envolvam o direito à saúde pública e suplementar.

Ação Nacional Saúde da Mulher Indígena na Ilha do Bananal/TO (2025) – Realizada por ocasião da I Semana Nacional da Saúde, a iniciativa incluiu ações de promoção, prevenção, tratamento e recuperação da saúde, além de ofertar documentação civil e de atualização cadastral para acesso a benefícios sociais, como o Programa Bolsa Família. A ação envolveu articulação interinstitucional entre o Fonajus/CNJ, Comitê Estadual de Saúde do Tocantins (CES-TO), Distrito Sanitário Especial Indígena do Tocantins (DSEI-TO), em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), o

VII Jornada da Saúde (2025) – Realizada nos dias 24 e 25 de abril de 2025, no CNJ, a VII Jornada da Saúde analisou, discutiu e votou propostas de novos enunciados de direito à saúde, além de revisar enunciados aprovados nas jornadas anteriores. A participação foi aberta a magistrados e magistradas de todo o país e tiveram direito a voto os representantes e as representantes dos Comitês Estaduais de Saúde. Foram 30 novos enunciados aprovados (enunciados 118 a 147), 12 revisados (enunciados 8, 18, 19, 32, 50, 57, 63, 74, 84, 103, 113 e 116) e 6 revogados (enunciados 38, 40, 55, 60, 76 e 78).

Solenidade Comemorativa dos 15 Anos do FONAJUS (2025) – Para celebrar 15 anos do Fonajus foi realizada uma solenidade que contou a presença do

Presidente do STF e do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso, do Ministro do STF Gilmar Mendes, do Defensor Público-Geral Federal, Leonardo Magalhães, do Secretário-Executivo do Ministério da Saúde Adriano Massuda, de ex-conselheiros supervisores do Fonajus, dentre outros. Na ocasião, houve a entrega de homenagem ao Ministro Gilmar Mendes, idealizador e criador do colegiado, e o lançamento do livro comemorativo “15 Anos do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde”.

Inclusão do Eixo Saúde no Programa Justiça Itinerante Amazônia Legal (2025) - O Programa, realizado entre os dias 23 e 27 de junho de 2025, aconteceu nas cidades de Boca do Acre (AM) e Xapuri (AC). Na edição de 2025, o eixo saúde permitiu mais de 980 atendimentos em ambas as cidades, nas áreas de pediatria, odontologia, clínica geral, fisioterapia e psicologia, contando com a HC-FMUSP, da Força Nacional do SUS e da Secretaria de Saúde Indígena. A atuação conjunta dessas equipes ampliou o alcance dos serviços. Além disso, foram realizadas reuniões sobre a saúde indígena, uma delas na aldeia Camicuã, para oitiva da comunidade.

Realização do Seminário Judicialização da Saúde: desafios e perspectivas (2025) - A judicialização da saúde, tema relevante no cenário jurídico e social brasileiro, foi o foco de evento promovido pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) e pelo Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), realizado nos dias 8 e 9 de setembro.

Desenvolvimento de Inteligência Artificial Generativa no e-NatJus 4.0 (2025) – Foi realizado Acordo de Cooperação Técnica com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP) que prevê o desenvolvimento de mecanismos de inteligência artificial que poderão apoiar decisões judiciais em saúde, mediante análise de petições, manifestações processuais e dados clínicos com base em evidências. As ferramentas, a serem incorporadas à plataforma e-NatJus, permitirão ainda a realização de classificação automática dos processos conforme as categorias do CNJ, sumarizações e pesquisas avançadas.

Criação do Selo Linguagem Simples (2024) – O selo tem por objetivo reconhecer e estimular a adesão de todos os segmentos da Justiça aos propósitos do Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, idealizado e lançado pelo Presidente do CNJ, Ministro Luís Roberto Barroso, em 2023.

4.º Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário (2025) - Com a participação dos Presidente e Vice-Presidente do STF e CNJ, Luís Roberto

Barroso e Edson Fachin, profissionais de comunicação de todos os tribunais do país trocaram experiências, debateram e traçaram estratégias para a construção de uma Justiça mais próxima, transparente, inclusiva e acessível.

Aprovação da Política de Comunicação do Poder Judiciário (2025) - A instituição da nova Política de Comunicação Social do Poder Judiciário, em substituição às normas em vigor desde 2009, por meio da Resolução n. 640/2025, busca aproximar o Judiciário da sociedade e vai possibilitar que os órgãos do sistema de Justiça recorram a uma rede de comunicação nacional interconectada. O normativo reforça o papel do Sistema de Comunicação do Poder Judiciário, que tem como objetivo promover a articulação e o fortalecimento das ações de comunicação em âmbito nacional.

Seminário Liberdade de Imprensa e o Poder Judiciário (2025) - O CNJ e o STF realizaram o seminário “Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário”, no auditório do CNJ, em Brasília. Durante o evento foi apresentado o Painel sobre a Liberdade de Imprensa e Poder Judiciário – Levantamento Preliminar e o Guia “Liberdade de Imprensa: onde estamos e para onde vamos” com os julgamentos mais relevantes do STF sobre a matéria.

Participações em Grupos de Trabalho e Comissões

Membro do Grupo de Trabalho “Desastres Ambientais e Mudanças Climáticas”. CNMP, de 2023 até a presente data.

Associada do Instituto Nós por Elas. NPE, de 2023 até a presente data.

Membro da Comissão Interinstitucional para elaboração de propostas e execução de atividades da Campanha Sinal Vermelho da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB). AMB, de 2022 a 2024.

Grupo de Trabalho para atualizar normativos concernentes ao serviço de plantão judicial do Supremo Tribunal Federal. STF, 2022.

Membro do Conselho Consultivo do Departamento de Pesquisas Judiciárias. CNJ, 2018-2020.

Comitê de Gestão Estratégica do Supremo Tribunal Federal (CGE-STF). STF, 2020.

Comissão temporária destinada ao recebimento e consolidação das sugestões de alteração do Regimento Interno. STF, 2019.

Comitê de Uniformização de Dados e Procedimentos Judiciais. STF, 2019.

Comitê de Responsabilidade Socioambiental no Supremo Tribunal Federal. STF, 2019.

Grupo de Trabalho para auxiliar os Ministros membros da Comissão de Regimento desta Suprema Corte na análise das propostas de atualização do Regimento Interno do STF. STF, 2019.

Membro da Comissão de Revisão das sugestões compiladas pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria CNJ n. 139 de 10 de outubro de 2016, para análise, compilação e reelaboração das Resoluções do CNJ. CNJ. 2017-2018.

Publicações

FONAJUS: judicialização qualificada da saúde pública e suplementar. CARVALHO, Eduardo Alves de Carvalho; LIRA, Daiane Nogueira de Lira e et. al. (Orgs). 2025.

Apresentação do Livro comemorativo dos 15 Anos do Fonajus. Revista Justiça & Cidadania, CNJ e FONAJUS. 2025.

Constituição, democracia e diálogo: 15 anos de Jurisdição Constitucional do Ministro Dias Toffoli. MENDES, Gilmar Ferreira; LIRA, Daiane Nogueira de; e FREIRE, Alexandre (Coord.). v. 1 e 2. Minas Gerais: Fórum, 2024.

Direito Fundamental à Saúde Pública e Suplementar. LIRA, Daiane Nogueira de; SCHULZE, Clenio Jair. In: MORENO JÚNIOR, Agamenon Alcântara; EUGÊNIO, Alécia Domene; BRANDÃO DE BARROS CORREIA, Ana Cláudia; et al. (Orgs.). Direito Fundamental à Saúde Pública e Suplementar. Rio de Janeiro: Starlin Alta Editora e Consultoria Ltda., 2025.

Juízo de Admissibilidade no Supremo Tribunal Federal: o Projeto # 100% ARE. Revista Consultor Jurídico – 9 de setembro de 2020.

O caso do amianto no Supremo Tribunal Federal. In: Alexandre de Moraes; André Luiz de Almeida Mendonça. (Org.) Democracia e sistema de justiça: obra em homenagem aos 10 anos do Ministro Dias Toffoli no Supremo Tribunal Federal, Fórum, 2019, p. 153-172. Coautora: Ildegard Hevelyn Oliveira Alencar.

Condições de elegibilidade e hipóteses de inelegibilidade: principais controvérsias nas eleições de 2014. In: Richard Pae Kim; João Otávio de Noronha. (Org.). Sistema político e direito eleitoral brasileiros estudos em homenagem ao Ministro Dias Toffoli, Gen/Atlas, 2016.

A jurisdição constitucional e o processo de convergência entre os sistemas do common law e do civil law no Brasil. In: J. S. Fagundes Cunha. (Org.). O Direito nos Tribunais Superiores: com ênfase no novo direito processual civil, 1ed.: Bonijuris, 2015, p. 207-227. Coautor: José Antonio Dias Toffoli

ADI nº 2.650: o STF como Tribunal da Federação e a realização de plebiscito para desmembramento de estados e municípios. In: Beatriz Bastide Horbach; Luciano Felício Fuck. (Org.). O Supremo por seus assessores, Almedina, 2014, p. 275-285.

Políticas Públicas para a infância e a juventude: uma análise a partir da reforma estatal dos anos 90. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 1, p. 225-257, 2011.

Políticas públicas e protagonismo judicial no STF: relatório de pesquisa do grupo de estudo e pesquisa em políticas públicas e hermenêutica. Universitas/Jus (Impresso), v. 22, p. 325, 2011. Coautores: Felipe Dantas de Araújo; Patrícia Ribeiro Vieira; Roberta Pereira Negrão Costa; Roberto Freitas Filho; Thalita Moraes Lima; Thiago de Oliveira Gonçalves; Wagner Junqueira Prado.

A realização de audiência pública pelo Supremo Tribunal Federal como fator de legitimação da jurisdição constitucional. Ajuris (Porto Alegre) (Cessou em 1998. Cont. ISSN 1679-1363 Revista da Ajuris), v. 119, p. 39-72, 2010.

ADI-MC 4016: Lei que reduz e extingue desconto de IPVA não está sujeita ao princípio da anterioridade tributária. Revista da AGU, v. 21, p. 383-391, 2009.

Participação como Palestrante em Seminários, Congressos e Simpósios

Enastic Justiça Federal. Palestra proferida na 8ª Edição do Enastic, realizada na Justiça Federal. Belo Horizonte, 2025.

Academia Nacional de Medicina. Expositora do tema: “Cenário Atual da Judicialização da Saúde e o Papel do NatJus: Avanços e Desafios” no Simpósio – Judicialização na Saúde: Antes e depois do NatJus. Rio de Janeiro, 2025.

1 CCR/360° Judicialização da Saúde. Expositora do evento 1CCR 360° - Workshop de Judicialização da Saúde, promovido pela 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal. São Paulo, 2025.

I Congresso Nova Arquitetura da Judicialização da Saúde: Impactos do Tema 1234. Participou como debatedora na Conferência de abertura, com o tema: Judicialização da Saúde – Análise do Tema 1234, e como Coordenadora da Oficina IV – NatJus. Promovido pelo Centro de Estudos Judiciários. Rio de Janeiro, 2025.

4º Encontro Nacional de Comunicação do Poder Judiciário. Mediação da Conferência de abertura: Inteligência Artificial e a Comunicação do Judiciário: Desafios e Oportunidades. Brasília, 2025.

III Congresso Internacional de Direito e Novas Tecnologias – AB2L LawTech Experience. Participou como congressista, com carga horária de 12 horas. São Paulo, 2024.

III Congresso do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde – FONAJUS. Participou da abertura do evento; atuou como palestrante no Painel 4 – Tecnologia, Inovação e o Futuro da Saúde; presidiu a Palestra Magna e o Painel de Encerramento – Judicialização da Saúde e Diálogos Interfederativos. Evento realizado pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com o Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (HCFMUSP). São Paulo, 2024.

XI Congresso Brasileiro de Direito Médico. Participou do evento promovido pelo Conselho Federal de Medicina, com carga horária de 6 horas. Brasília, 2024.

XII Fórum de Lisboa. Participou como palestrante nos painéis O Papel do Setor Privado na Prestação de Saúde e Arranjos Institucionais de Persecução e Controle no Estado Democrático. Evento promovido pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa e FGV Justiça. Lisboa, Portugal, 2024.

Curso de Formação EMAGIS. Atuou como docente no Curso de Formação Inicial da Carreira da Magistratura Federal da 4ª Região, promovido pela Escola de Magistrados e Servidores do TRF da 4ª Região (EMAGIS). Porto Alegre, 2024.

Seminário “Advocacia Pública: O papel do advogado público na consolidação dos direitos”. Palestrante no painel Funções essenciais à Justiça: simetria, prerrogativas e autonomia, realizado no Centro Cultural Evandro Lins e Silva (OAB). Brasília, 2024.

107ª Reunião do Fórum Permanente dos Juízos Cíveis, 18ª Reunião do Fórum Permanente de Saúde Pública e Acesso à Justiça e Reunião do Fórum Permanente dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Palestrante no evento Temas relevantes do Direito à Saúde, com exposição sobre Desafios Éticos para a Prolação de Decisões Judiciais na Área da Saúde Pública. Rio de Janeiro, 2024.

I Jornada de Direito da Saúde. Atuou como Coordenadora Executiva no evento promovido pelo Centro de Estudos Judiciários, em parceria com o Conselho Nacional de Justiça e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM). Brasília, 2024.

II Encontro Nacional de Vice-Presidentes de Tribunais de Justiça do Brasil. Participou do evento organizado pelas Vice-Presidências dos Tribunais de Justiça de Mato Grosso e Maranhão, realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, com carga horária de 16 horas. São Luís, 2024.

IV Fórum Nacional sobre Saúde Suplementar. Participou da solenidade de abertura do evento, com carga horária de 8 horas. Brasília, 2024.

Capacitação Nacional. Participação na mesa de abertura da Capacitação Nacional das(os) Defensoras(es) com Atribuição em Saúde. Rio de Janeiro, 2024.

O tratamento jurídico das fake news no mundo: uma análise comparativa. Palestra proferida no Seminário PL 2630/2020: Desafio e Perspectivas, promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional São Paulo (OAB-SP). São Paulo, 2023.

Os Desafios das Supremas Cortes no Século XXI. Palestra proferida no Seminário “A importância das Supremas Cortes na defesa dos direitos e

liberdades fundamentais”. Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), 2023.

Plenário Virtual no STF. Aula proferida no 3º Núcleo de Estudos em Atualização Jurisprudencial do STF. Escola Paulista da Magistratura (EPM), 2022.

Modulação de efeitos e Fixação da tese em decisões vinculantes. Presidente de Mesa no Seminário Repercussão Geral 15 anos – Origens e Perspectivas, 2022.

Plenário Virtual no STF: inovação no modelo decisório e desafios. Palestra proferida no Programa de Intercâmbio Por Dentro do Supremo. STF, 2022.

Plenário Virtual. Palestra proferida no Programa de Intercâmbio Por Dentro do Supremo para Jornalistas. STF, 2022.

Pesquisa Empírica sobre o Plenário Virtual do STF. Participou do I Encontro Acadêmico de Pesquisas Judiciárias do STF, 2021.

Direitos à igualdade e as ações afirmativas. Palestra proferida no 6º Núcleo de Estudos em Direito Constitucional. Escola Paulista da Magistratura (EPM), 2021.

História do Plenário Virtual no STF. Palestra proferida no Programa de Intercâmbio Internacional da Cátedra Victor Nunes Leal. STF, 2021.

Acesso à Justiça e Tecnologia: Julgamentos virtuais em tempos de Pandemia. Participação em Webinar realizado pelo IDP, 2020.

Mediações e Conciliações no STF. Participação em Webinar realizado pelo Migalhas, 2020.

Recurso Extraordinário e Juízo de admissibilidade: as especificidades dos Juizados Especiais. Palestra proferida no Seminário Digital 25 anos dos Juizados Especiais. Diagnóstico e Perspectivas. Conselho Nacional de Justiça, 2020.

Nova sistemática do Plenário Virtual para os profissionais de imprensa que atuam no STF. Curso ministrado no Supremo Tribunal Federal. STF, 2019.

Repercussão geral da questão constitucional e pauta programada: previsibilidade, transparência e eficiência. Palestra proferida no Seminário Repercussão geral da questão constitucional e os recursos repetitivos no supremo tribunal federal realizado pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP), pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP) e pela Associação dos Juízes Federais (Ajufe). São Paulo, 2019.

Juízo de Admissibilidade – Recursos Extraordinários (RE) e Agravos (ARE). Palestra proferida no Seminário Diálogos Interinstitucionais entre o STF e a Advocacia Pública Federal. STF, 2019.

Pautas tributárias no STF e Segurança Jurídica. Palestra proferida na FGV Direito São Paulo, 2019.

Repercussão Geral. Palestra proferida no Seminário Repercussão Geral, casos repetitivos e incidente de assunção de competência promovido pelo Superior Tribunal de Justiça. STJ, 2018.

Atuação na Secretaria-Geral da Presidência do STF

Ampliação do Plenário Virtual do STF

Atuação como "product owner" (Gestora) do Projeto de ampliação do Plenário Virtual do STF, para viabilizar o julgamento de todas as classes processuais, o envio de sustentações orais, disponibilização dos votos na internet e acompanhamento em tempo real, dentre outras melhorias no sistema de julgamentos eletrônicos pelo STF. 2019-2020.

Projeto de Construção do Novo Museu do STF.

Atuação como "product owner" (Gestora) do Projeto de construção do Novo Museu do STF, com a contratação do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. 2019-2020.

Visitas Institucionais do STF aos Tribunais nos Estados

Realização de reuniões com magistrados nos estados com o objetivo de promover a consolidação da sistemática da repercussão geral e do juízo de admissibilidade, bem como a maior aproximação e integração entre o Supremo Tribunal Federal e os demais atores do Sistema de Justiça. Foram realizadas reuniões em todos os Estados, sendo 17 presencialmente e 9 virtualmente em razão da pandemia da Covid-19. 2018-2020.

Projeto Juízo de Admissibilidade (#100% ARE).

Idealização e organização do projeto Juízo de Admissibilidade (100% ARE) com o objetivo diminuir a distribuição de processos recursais aos Ministros do STF, de modo que possam se dedicar aos casos complexos e de maior relevância, sem prejuízo da efetiva prestação jurisdicional, valorizando assim a Vocação Constitucional da Corte. 2018-2020.

Projeto Painel de Ações Covid-19 do STF.

Idealização e criação do Painel de Ações Covid-19, com o objetivo de informar a sociedade e viabilizar o acompanhamento das ações perante o STF relacionadas à pandemia do coronavírus. 2020.

Editoração do Catálogo Presidência do Supremo Tribunal Federal: Eficiência, Transparência e Responsabilidade (2018-2020). 2020.

Editoração do Relatório de Gestão 2018-2020 do Supremo Tribunal Federal. 2020.

Editoração da edição comemorativa de 30 anos da Constituição Federal e do catálogo comemorativo e organização da Sessão solene em comemoração aos 30 anos da Constituição Federal. 2018.

Distinções Honrosas e Títulos e Aprovações em concursos

Troféu Mulher de Valor. Concedido pela Associação Cearense do Ministério Público. Fortaleza, 2025.

Medalha de Honra ao Mérito Desembargador Décio Antônio Erpen. Concedida pelo Colégio Permanente de Corregedoras e Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE). Brasília, 2025.

Medalha de Reconhecimento do CONSEPPE. Agraciada com a Medalha de Honra ao Mérito outorgada pelo Conselho de Presidentes dos Tribunais de Justiça. Santa Catarina, 2025.

Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Diploma conferido no Grau de Grande Oficial, de acordo com a indicação do Conselho da Ordem do Mérito Judiciário do Trabalho. Brasília, 2025.

Medalha do Mérito em Educação Judicial Desembargador Mário Albiani. Concedida pela Universidade Corporativa do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia (UNICORP), em reconhecimento à distinta atuação em prol da educação judicial. Bahia, 2025.

Comenda do Mérito ao Ouvidor. Concedida pelo Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul (TRE-MS) em reconhecimento aos relevantes serviços prestados ao fortalecimento das ações desenvolvidas pela Ouvidoria Eleitoral. Campo Grande, 2024.

Moção de Congratulação. Outorgada pela Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso do Sul, por iniciativa do Deputado Caravina, em reconhecimento aos relevantes serviços prestados como Supervisora do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (FONAJUS/CNJ), pela contribuição à melhoria das políticas públicas de saúde e à garantia de direitos fundamentais. Campo Grande/MS, 2024.

Menção Honrosa. Concedida pela Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, por proposição do Deputado Ney Leprevost, em reconhecimento à destacada trajetória e à posse no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Curitiba, 2024.

Poder Judiciário de Pernambuco. Homenagem concedida pelo Comitê Estadual de Saúde em reconhecimento aos relevantes serviços prestados à sociedade pernambucana. Recife, 2024.

Medalha da Ordem do Mérito da Advocacia-Geral da União no Grau Grande Oficial. 2020.

Ordem do Mérito da Defesa no Grau de Grande-Oficial. 2019.

Distinções Honrosas, Títulos e Aprovações em concursos

Aprovação no concurso para Analista Judiciário do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão, CESPE/UNB. 2006

Aprovação no concurso e nomeação para o cargo de Advogado da União, Advocacia-Geral da União, CESPE/UNB. 2006

Aprovação no concurso para o cargo de Procurador Federal, Procuradoria-Geral Federal, CESPE/UNB. 2006

Aprovação no concurso para o cargo de Procurador da Fazenda Nacional, ESAF. 2006

Aprovação no concurso para o cargo de Advogado Júnior da Caixa Econômica Federal, Fundação Carlos Chagas. 2004

Aprovação no concurso para o cargo de Analista Judiciário - Área Judiciária do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região. 2004

1º Lugar no III Encontro de Iniciação à Docência, UNIFOR. 2003

1º Lugar no II Encontro de Iniciação à Docência, UNIFOR. 2002

Aprovação em 1º lugar no concurso para Monitoria Institucional de Direito Administrativo, PROMON - UNIFOR. 2002

Participação em Bancas e Orientações de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação

Orientação de Flavio Freire Cruz. **A força normativa da constituição: necessidade de mudança de paradigma no controle abstrato das omissões legislativas.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) – UNICEUB.

Orientação de Nayara de Jesus Tolentino. **Proteção de consumidor no meio eletrônico em relação ao provedor de intermediação.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - UNICEUB.

Orientação de Suzana Maria Fernandes Mendonça. **Medicamentos de alto custo: a judicialização e o papel do estado.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - UNICEUB.

Orientação de Jéssica Candido Vieira. **As cotas raciais universitárias na perspectiva de conceitos sociais de justiça.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - UNICEUB.

Participação em banca de Nayra Chelsea Neves Bitar. **Da inconstância das normas constitucionais na legalidade do sistema de cotas nas Universidades Públicas do Brasil.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - UNICEUB.

Participação em banca de Thiago Lôbo Fleury. **Liberdade de Manifestação do Pensamento - Até que ponto toda e qualquer manifestação do discurso está protegida pelo manto da liberdade de expressão: a questão do discurso de**

ódio. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - UNICEUB.

Participação em banca de Mayara Stephanie de Moura Menezes. **Licenciamento ambiental e o princípio in dubio pro natura.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - UNICEUB.

Participação em banca de Rafael Antônio de Souza Lima. **A Constitucionalidade da Lei Maria Da Penha - Vedação da Incidência da Lei nº 9.099/95, Interpretação dos Delitos.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - UNICEUB.

Participação em banca de Amanda Jorge de Oliveira. **A aplicabilidade da teoria da causa madura ao julgamento da apelação interposta contra sentença de indeferimento preliminar da petição inicial.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - UNICEUB.

Participação em banca de Matheus Almeida Leão Marques. **Licitação Sustentável: o estudo das contratações públicas para promoção do desenvolvimento nacional sustentável.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - UNICEUB.

Participação em banca de Fabiano Alcântara Parente Farias. **O novo regime de previdência complementar do servidor público federal e o alcance do § 16 do art. 40 da CF/88.** 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - UNICEUB.

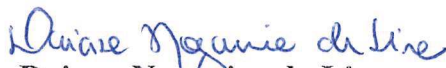
Brasília, outubro de 2025.

Daiane Nogueira de Lira

DECLARAÇÃO

Daiane Nogueira de Lira, Advogada da União, indicada pela Câmara dos Deputados para recondução no Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, inc. XIII, da Constituição Federal, **declara**, perante o Senado Federal, para os fins do disposto no art. 5º, III, da Resolução 7/2005, do Senado Federal, que não sofreu nenhuma sanção criminal ou administrativo-disciplinar e que não existem procedimentos dessa natureza instaurados contra mim.

Brasília, 29 de outubro de 2025.


Daiane Nogueira de Lira

DECLARAÇÃO

Daiane Nogueira de Lira, Advogada da União, indicada pela Câmara dos Deputados para recondução no Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, inc. XIII, da Constituição Federal, **declara**, perante o Senado Federal, para os fins do disposto no art. 5º, IV, da Resolução 7/2005, do Senado Federal, que não sou membro do Congresso Nacional, do Poder Legislativo dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, nem possuo cônjuge, companheiro/a ou parente, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive, que seja membro desses Poderes.

Brasília, 29 de outubro de 2025.


Daiane Nogueira de Lira

DECLARAÇÃO

Daiane Nogueira de Lira, Advogada da União, indicada pela Câmara dos Deputados para recondução no Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, inc. XIII, da Constituição Federal, **declara**, perante o Senado Federal, em cumprimento ao art. 383, I, *b*, 2, do Regimento Interno do Senado Federal, que não participei, em qualquer tempo, como sócio, proprietário ou gerente, de empresa ou entidades não governamentais.

Brasília, 29 de outubro de 2025.


Daiane Nogueira de Lira

DECLARAÇÃO

Daiane Nogueira de Lira, Advogada da União, indicada pela Câmara dos Deputados para recondução no Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, inc. XIII, da Constituição Federal, **declara**, perante o Senado Federal, em cumprimento ao art. 383, I, *b*, 3, do Regimento Interno do Senado Federal, que minha situação fiscal no âmbito federal, estadual e municipal se encontra regular, conforme documentação comprobatória anexa.

Brasília, 29 de outubro de 2025.


Daiane Nogueira de Lira

DECLARAÇÃO

Daiane Nogueira de Lira, Advogada da União, indicada pela Câmara dos Deputados para recondução no Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, inc. XIII, da Constituição Federal, **declara**, perante o Senado Federal, em cumprimento ao art. 383, I, *b*, 4, do Regimento Interno do Senado Federal, que não figuro como autor ou réu em qualquer ação judicial.

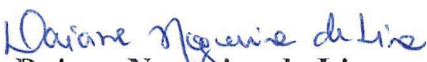
Brasília, 29 de outubro de 2025.


Daiane Nogueira de Lira

DECLARAÇÃO

Daiane Nogueira de Lira, Advogada da União, indicada pela Câmara dos Deputados para recondução no Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, inc. XIII, da Constituição Federal, **declara**, perante o Senado Federal, em cumprimento ao art. 383, I, *b*, 1, do Regimento Interno do Senado Federal, que não tenho parentes que exercem ou exerceram atividades, públicas ou privadas, vinculadas à minha atividade profissional.

Brasília, 29 de outubro de 2025.


Daiane Nogueira de Lira

DECLARAÇÃO

Daiane Nogueira de Lira, Advogada da União, indicada pela Câmara dos Deputados para recondução no Conselho Nacional de Justiça, em conformidade com o art. 103-B, inc. XIII, da Constituição Federal, **declara**, perante o Senado Federal, em cumprimento ao art. 383, I, b, 5, do Regimento Interno do Senado Federal, que atuei nos seguintes juízos e tribunais, nos últimos cinco anos, contados retroativamente ao ano de minha indicação:

1. Conselheira do Conselho Nacional de Justiça, indicada pela câmara dos Deputados, CNJ/Brasília, de 02/2024 a 02/2026;
2. Chefe de Gabinete do Ministro Dias Toffoli, Supremo Tribunal Federal/Brasília, de 09/2020 a 01/2024.
3. Secretária-Geral da Presidência, Supremo Tribunal Federal/Brasília, 09/2018 a 09/2020;
4. Chefe de Gabinete do Ministro Dias Toffoli, Supremo Tribunal Federal/Brasília, 02/2013 a 09/2018.

Declaro ainda, que não participei de conselhos de administração de empresa estatal ou de cargos de direção de agência reguladora.

Brasília, 29 de outubro de 2025.


Daiane Nogueira de Lira



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA
SUBSECRETARIA DA RECEITA

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

CERTIDÃO Nº: 337109592412025
NOME: DAIANE NOGUEIRA DE LIRA
ENDEREÇO: **Informações Pessoais**
CIDADE: **[REDACTED]**
CPF: **[REDACTED]**
FINALIDADE: JUNTO AO GDF

_____ CERTIFICAMOS QUE _____

Até esta data não constam débitos de tributos de competência do Distrito Federal, inclusive os relativos à Dívida Ativa, para o contribuinte acima. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Distrito Federal cobrar, a qualquer tempo, débitos que venham a ser apurados.

Certidão expedida conforme Decreto Distrital nº 23.873 de 04/07/2003, gratuitamente.
Válida até 25 de janeiro de 2026. *



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: DAIANE NOGUEIRA DE LIRA

CPF: Informações Pessoais

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão se refere à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 10:09:52 do dia 27/10/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 25/04/2026.

Código de controle da certidão: **EA9F.7956.1265.6EBC**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.